

**Análise da estrutura fundiária da
Mesorregião de Marília (SP)**

Analysis of the land structure of Mesoregion of Marília (SP)

Análisis de la estructura agraria de la Mesorregión de Marília (SP)¹

Barbara Herrero de Sena Santos

barbara.herrero@aluno.ifsp.edu.br

IFSP – Campus Tupã

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral a observação de que a estrutura fundiária brasileira é absolutamente concentrada. Dados do Censo Agropecuário produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde a década de 1920 até o ano de 2006 apontam que, no país, há uma lógica bastante clara: existem pouquíssimas grandes propriedades (acima de 1000 hectares) que ocupam a maior parte do território nacional e milhões de propriedades (menos de 100 hectares) que ocupam área absolutamente inferior.

A lógica é a mesma quando se trata dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando se percebe que no ano de 2003 as grandes propriedades representavam 1,6% dos imóveis rurais e ocupavam 43,7% da área enquanto que as pequenas equivaliam a 85,2% dos imóveis e detinham apenas 20,1% da área. Além disso, dentro das áreas existentes nos mais de 850 milhões de hectares que possui o Brasil cerca de 30% são devolutas, porém cercadas de forma ilegal, o que leva a uma série de conflitos territoriais que envolvem grandes proprietários fundiários e camponeses, povos originários, tradicionais etc.

No entanto, quando se aplica a Lei 8.629/1993 observando os índices de produtividade percebe-se que entre as grandes propriedades 70% são consideradas improdutivas. Este percentual elevado, segundo Oliveira (2009), expressa o caráter fundamental que a terra, sobretudo nas grandes propriedades, possui no Brasil: uma fonte de reserva de valor ou reserva patrimonial, isto é, ela nem sempre é posta para produzir.

¹O trabalho é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por meio da modalidade PIBIC-EM e se encontra em andamento junto ao Centro de Estudos Sobre Técnica, Trabalho e Natureza (CETTRAN). A pesquisa é orientada pelo Prof. Fernando Mendonça Heck, coordenador do CETTRAN. Email: fernando.heck@ifsp.edu.br.

Assim, fica mais fácil compreender os dados sistematizados por Fabrini e Roos (2014) quando apontam que há uma unidade entre o agronegócio e o latifúndio improdutivo já que os pequenos produtores (aqueles que possuem menos de 4 módulos fiscais) dispõem de menos terras e recursos, porém são responsáveis por 100% da produção de verduras, 87% de mandioca, 70% de feijão, 59% de suínos, 58% de leite, 50% das aves, 46% de milho, 38% de café etc. Para estes últimos a terra tem outro sentido – não uma reserva de valor ou patrimonial – ela se organiza na lógica da reprodução da família e é posta para produzir, ou seja, é terra de trabalho (MARTINS, 1980).

Deste modo, resta saber se na Mesorregião de Marília também é na pequena produção que se encontra a maior produção agropecuária, números mais significativos de ocupação e geração de empregos, ou seja, a supremacia dos pequenos estabelecimentos sobre os médios e grandes como é verificado, para a escala nacional, por Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017). É nossa hipótese de que são os pequenos os mais produtivos e geradores de emprego e renda, apesar de ocupar parte ínfima do território na Mesorregião estudada. Por isso, verificar os dados do Censo Agropecuário em escala regional torna-se fundamental para atestar ou rejeitar esta hipótese.

É assim que nos propomos a construir um banco de dados agropecuários para a Mesorregião de Marília percorrendo a série histórica de 1970-2017. As informações serão coletadas, tratadas e sistematizadas para cada um dos 20 municípios que a compõem e serão base para verificação da hipótese levantada, bem como para a construção do banco de dados a ser disponibilizado em plataforma online junto ao servidor do IFSP Campus Avançado Tupã.

Por fim, também é objetivo do presente texto apontar para alguns resultados preliminares da pesquisa de Iniciação Científica que se encontra em andamento, assim como discutir os dados obtidos e inseri-los no contexto do trabalho, ou seja, discutir os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, observando se a concentração fundiária é presente na Mesorregião de Marília-SP, bem como a distribuição do emprego entre aqueles que possuem vínculos familiares ou não.

METODOLOGIA

O percurso metodológico da presente pesquisa contará com algumas etapas como a revisão bibliográfica, coleta de dados, sistematização e divulgação dos resultados. A referência central para a mesma será o material produzido historicamente pelos Censos

Agropecuários² do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cobrindo, pelo menos, resultados desde a década de 1990, inclusive incorporando informações, se possível, do censo de 2017.

O recorte histórico definido para a pesquisa recorre desde a década de 1970 até os dias atuais. Essa opção permitirá observar impactos sociais da tecnificação da agropecuária, originada naquele período e baseada no modelo químico-dependente da “Revolução Verde” (PAULINO, 2006). Os dados brasileiros indicam que embora a agropecuária tenha sido reestruturada do ponto de vista da modernização de sua base técnica as questões sociais que envolvem o acesso à terra e, deste modo ao território, mantiveram-se intocadas o que explica, por exemplo, a existência dos conflitos territoriais no espaço agrário brasileiro (OLIVEIRA, 1994). Estas características também são verificáveis na Mesorregião de Marília e continuam presentes na questão agrária regional.

Além disso, a presente proposta também quer compreender quais são os sujeitos sociais que produzem os alimentos que cotidianamente chegam à mesa da população regional. Segundo Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), os dados em escala nacional, demonstram claramente a supremacia dos pequenos estabelecimentos rurais principalmente quando se trata, dentre outras coisas, da produção de alimentos. Isso indica que apesar de os pequenos ocuparem a menor parte do território brasileiro, contarem com poucos recursos, acesso limitado às políticas públicas e às tecnologias, são os que produzem mais, geram mais empregos e possuem mais pessoas ocupadas/vivendo no campo. Deste modo, nosso intuito é verificar se essa mesma dinâmica ocorre no recorte territorial da Mesorregião de Marília, recorrendo à mesma base de dados, ou seja, o Censo Agropecuário, acessado por meio da base de dados do IBGE, Sidra.

Ainda, é necessário esclarecer que a utilização estes dados é de extrema importância, pois sua coleta não é amostral, mas censitária, ou seja, reúne dados quantitativos sólidos sobre o espaço agrário brasileiro já que percorre todas as propriedades dos municípios e não apenas uma parte das mesmas como seria o caso de uma pesquisa amostral. Por isso, são tão importantes para analisarmos a questão agrária presente na Mesorregião de Marília.

A revisão bibliográfica será realizada em indexadores e em bancos de dissertações e teses das universidades locais, principalmente da Universidade Estadual Paulista, alinhando os materiais coletados com os intuitos do projeto.

² Os censos agropecuários possuem dados desde a década de 1920.

Por fim, a disponibilização dos resultados se dará em plataforma *online* a ser criada junto ao servidor do IFSP Campus Avançado Tupã (SP). As informações coletadas serão base para a criação de um banco de dados agropecuários da Mesorregião de Marília internamente ao IFSP.

A proposta é que a coleta de informações seja bastante completa e possa oferecer um panorama da produção agropecuária de cada município no período de 1970-2017 levando em consideração o tamanho das propriedades, qual o principal tipo de produção, as diferentes formas de manejo do solo, o valor da produção agropecuária e dados do gênero, necessários para sistematizar as informações de cada município. Além disso, está incluída a construção de um conjunto de mapas temáticos, gráficos e tabelas que ressaltem os resultados da pesquisa e expressem o alcance dos objetivos propostos.

Dessa maneira, acreditamos que será possível alcançar os objetivos da pesquisa e demonstrar o perfil agropecuário de cada município estudado e construir o banco de dados. Do mesmo modo poderemos confirmar ou não a hipótese de que são os(as) pequenos(as) proprietários que produzem a grande cifra de alimentos consumidos cotidianamente, apesar de contar com poucos recursos via políticas públicas, dentre outros aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

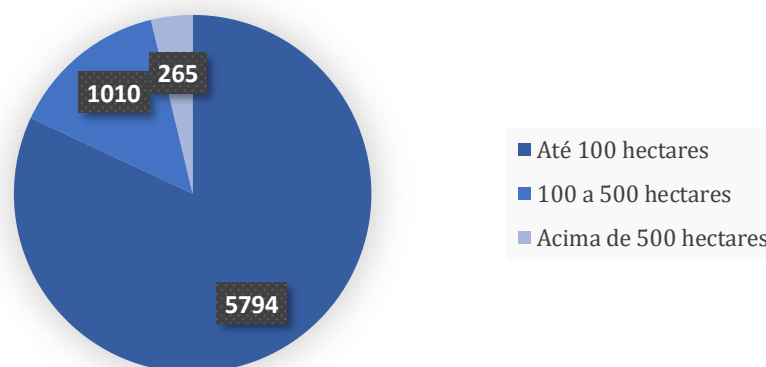
Com base, principalmente, na concentração fundiária, suas implicações no uso da terra brasileira e os conflitos que a envolvem, observados no cenário nacional, a pesquisa busca entender o perfil agropecuário da Mesorregião de Marília, compreendendo o estudo de suas produções, quem as realiza, de que forma e em que espaço as realiza.

Os resultados obtidos até o presente momento da pesquisa foram alguns dados sobre o número de propriedades e as respectivas áreas que ocupam (Gráficos 1 e 2), assim como o pessoal empregado por essas propriedades, levando em consideração as pessoas com e sem parentesco com o produtor (Tabelas 1, 2 e 3). Os dados são das bases do Censo Agropecuário de 2006, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e correspondem ao que foi resultado das pesquisas realizadas pela instituição na Mesorregião.

Os gráficos 1 e 2 demonstram que a Mesorregião de Marília apresenta uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos produtores. Das 7.088 propriedades

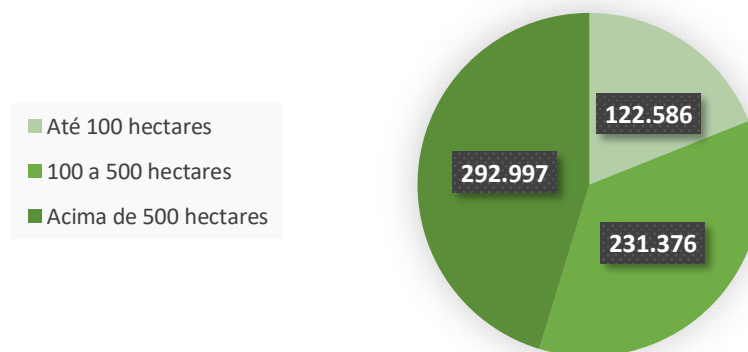
rurais da Mesorregião, 5794 são de até 100 hectares, 1010 de 100 a 500 hectares e 265 acima de 500 hectares. As 5794 propriedades de até 100 hectares têm acesso à 122.586 (ha) dos 646.958 (ha), as 1010 de 100 a 500 hectares ocupam 231.376 (ha) e as 265 propriedades acima de 500 hectares detêm 292.997 hectares.

Gráfico 1 - Número de propriedades por estrato de área (2006)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Gráfico 2 - Área ocupada (ha) por estrato de área (2006)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Pode-se perceber também, a partir da análise e da interpretação dos dados representados na Tabela 1 que as propriedades com menos de 100 hectares abrigam um grande número do pessoal ocupado sem laço de parentesco em estabelecimentos agropecuários da Mesorregião de Marília, mesmo não sendo maioria. Deve-se levar em consideração o fato supracitado de que as propriedades com menos de 100 hectares ocupam a minoria das terras da Mesorregião, logo, empregar 33,53% do pessoal ocupado

é bastante significativo levando em conta que os estabelecimentos com mais de 500 hectares abrigam um diferencial de apenas 10,6% da mão de obra empregada mesmo com a disponibilidade da maioria das terras. Além disso, é importante ponderar que mesmo quando se trata de pessoas ocupadas sem laço de parentesco as unidades de até 500 hectares são responsáveis por 55,85% destes empregos mesmo ocupando área menor na região.

Tabela 1 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor por estrato de área na Mesorregião de Marília (2006)

Estrato de Área	Pessoal ocupado (absoluto)	Pessoal ocupado (percentual)
Até 100 hectares	9.457	33,53%
100 a 500 hectares	6.290	22,32%
Acima de 500 hectares	12.441	44,13%

Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não obstante, esta diferença se justifica também devido ao fato de que a grande parte dos estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares são propriedades onde a agricultura familiar é predominante, ou seja, onde se concentra a maioria do pessoal ocupado que possui laço de parentesco com o proprietário, conforme demonstra a (Tabela 2).

Tabela 2 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor por estrato de área na Mesorregião de Marília (2006)

Estrato de Área	Pessoal ocupado (absoluto)	Pessoal ocupado (percentual)
Até 100 hectares	10.249	83,64%
100 a 500 hectares	1.567	12,79%
Acima de 500 hectares	410	3,35%

Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também na Tabela 2, fica evidente que a geração de empregos nas pequenas unidades de produção é absolutamente superior quando se trata das pessoas ocupadas com algum laço de parentesco. São mais de 80% das unidades de produção regionais que registram estes dados contra apenas 3% nas maiores áreas (acima de 500 hectares).

Tabela 3 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com e sem laço de parentesco com o produtor por estrato de área na Mesorregião de Marília (2006)

Estrato de Área	Pessoal ocupado (absoluto)	Pessoal ocupado (percentual)
Até 100 hectares	19.706	48,76%
100 a 500 hectares	7.857	19,40%
Acima de 500 hectares	12.851	31,70%

Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados da Tabela 2 reforçam que a produção familiar, apesar de ocupar parcela ínfima das terras na região, é a principal geradora de empregos no campo. A perspectiva é mais uma vez confirmada com a Tabela 3, que demonstra que praticamente a metade do pessoal ocupado na Mesorregião de Marília está presente nas pequenas propriedades.

Portanto, a lógica da concentração fundiária também se faz presente na área de estudo, assim como prevalência dos pequenos produtores no oferecimento da maior parte dos empregos gerados. No entanto, os próximos avanços da pesquisa permitirão observar se também é nas pequenas propriedades em que se concentra o maior número de produção de alimentos. Do mesmo modo, verificar a série histórica 1970 até 2017 só será possível no ano de 2019, quando estarão disponíveis os dados finais relacionados ao Censo Agropecuário de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, foi possível confirmar algumas das hipóteses levantadas no início da pesquisa, na revisão bibliográfica, e que, por sua vez, fundamentam seu desenvolvimento. A partir da análise das tabelas coletadas, observou-se o mesmo padrão de divisão de terras visto em escala nacional, de forma a reafirmar a ideia de concentração fundiária na região. O menor número de produtores (3%) detém 45% das terras. Além disso, os dados também confirmaram a hipótese de supremacia das pequenas propriedades com relação ao número de pessoas ocupadas, principalmente quando estas são ligadas ao produtor. As maiores propriedades não são as principais geradoras de emprego na região, pois as pequenas unidades (que ocupam apenas 18% das terras) são responsáveis por 48% dos empregos gerados no espaço agrário.

As grandes propriedades, apesar de corresponderem por parcela de 31,70% dos empregos gerados, ocupam quase a metade das terras o que significa que se relacionarmos a parcela das terras ocupadas e a geração de empregos apresenta fracos

números de pessoal empregado. Tal realidade, ao nosso ver, liga-se a perspectiva de que a terra é fonte de reserva patrimonial, principalmente quando se trata das grandes unidades e nem sempre é posta para produzir e gerar empregos, aguardando sua “valorização” via especulação.

Deste modo, é absolutamente importante pautar a democratização do acesso à terra na região e no Brasil, pois os dados indicam a supremacia dos pequenos na geração de empregos mesmo ocupando parcela inferior das terras. Estes resultados demonstram que a reforma agrária deve ser uma prioridade para qualquer perspectiva que tenha por objetivo a promoção da justiça social e redução das desigualdades no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 de fevereiro de 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 03 mai. 2018.

FABRINI, J. E. ROOS, D. Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso em 03 mai. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Sistema Nacional de Cadastro Rural. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em 03 mai. 2018.

MARTINS, J. S. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. BARBOSA, H. J. SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. Pegada, vol.18, n.3, p.7-77, set./dez. 2017.

PAULINO, E. T. Agricultura e Tecnificação: notas para um debate. Agrária, vol. [s/n], n. 4, p.3-19, 2006.

OLIVEIRA, A. U. Geografia das lutas no campo. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A política de reforma agrária no Brasil. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (Org.). Direitos Humanos no Brasil 2009. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009, p.27-37.